

OS DESAFIOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: UMA ANÁLISE DO INSTITUTO FEDERAL BAIANO

ANDREIA RÊGO DA SILVA REIS
INSTITUTO FEDERAL BAIANO (IF BAIANO)
arsr4411@gmail.com

Introdução

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT), no âmbito da Rede Federal, ocupa lugar estratégico na promoção da inclusão social e no atendimento à diversidade. Essa agenda se articula ao debate sobre desigualdades educacionais, inclusão e justiça social, quando efetivadas condições institucionais, pedagógicas e comunicacionais capazes de assegurar participação de estudantes em igualdade de oportunidades. Nessa direção, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) estabelece o direito a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, exigindo das instituições educacionais a oferta de recursos de acessibilidade e apoios especializados.

No campo da Educação Especial Inclusiva, a literatura tem reiterado que inclusão não se confunde com inserção formal. Mantoan (2003) assinala que a inclusão escolar requer transformação estrutural das culturas, políticas e práticas institucionais, de modo a reconhecer a diversidade como princípio constitutivo do processo educativo. Em perspectiva convergente, Mazzotta (2005) destaca que a consolidação da educação especial como política pública demanda investimento continuado, formação de profissionais e organização de serviços especializados não periféricos à ação pedagógica. No caso de estudantes surdos, Brito (2013) enfatiza que a acessibilidade linguística e comunicacional constitui condição objetiva para a escolarização com qualidade, o que atribui centralidade à presença de Tradutores e Intérpretes de Linguagem de Sinais (TILSP) e ao reconhecimento da Libras no cotidiano institucional.

No âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano), instituição *multicampi* com presença territorial relevante no interior do estado da Bahia, a política de educação especial inclusiva é orientada por dispositivos institucionais como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2021-2025), a



Resolução CONSUP/IFBAIANO nº 291/2023, o Regulamento do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e o Regimento dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNEs). Tais normativas expressam o reconhecimento institucional da inclusão como dever público e como dimensão da democratização da educação.

Por outro lado, a existência de um arcabouço normativo não assegura, por si só, a superação das desigualdades vividas pelos estudantes com deficiência e outras necessidades específicas. Dados institucionais indicam que o IF Baiano atende estudantes com necessidades específicas, distribuídos entre Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, PROEJA, Graduação e Pós-Graduação, incluindo estudantes com surdez, Transtorno do Espectro Autista (TEA), deficiência intelectual, deficiência física, baixa visão e cegueira. Esse cenário evidencia avanço no acesso, mas também revela tensões entre a expansão das matrículas e a capacidade institucional de garantir condições concretas de atendimento.

Desse modo, revela-se de vital importância compreender em que medida a política de educação especial inclusiva do IF Baiano tem sido efetivada, especialmente no que se refere à atuação dos NAPNEs e à provisão de recursos humanos especializados. Diante disso, o objetivo deste trabalho é analisar desafios e potencialidades na implementação dessa política, com ênfase na mediação institucional desenvolvida pelos NAPNEs e nas condições de oferta de apoios especializados, particularmente TILSP e docentes para o AEE.

Desenvolvimento

A pesquisa adota abordagem mista, articulando procedimentos quantitativos e qualitativos. Na dimensão quantitativa, foram analisados microdados do Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) e da Plataforma Nilo Peçanha (PNP/MEC), com recorte nos anos-base 2023/2024, para mapear o quantitativo e a distribuição dos estudantes com deficiência e necessidades específicas nos diferentes níveis e modalidades de ensino ofertados pelo IF Baiano. Na dimensão qualitativa, realizou-se análise documental do PDI 2021-2025, da Resolução CONSUP/IFBAIANO nº 291/2023, do Regulamento do AEE e do Regimento dos NAPNEs, buscando identificar os fundamentos normativos da política institucional e as mediações previstas para sua



implementação. A triangulação entre dados estatísticos, documentos institucionais e referencial teórico possibilitou examinar as aproximações e distanciamentos entre o que está formalmente estabelecido e o que se materializa nos *campi*.

Os dados levantados apontam a presença de 367 estudantes com necessidades específicas no IF Baiano, distribuídos em diferentes etapas formativas, desde a educação técnica integrada até a pós-graduação. Tal configuração revela que a política de inclusão não está restrita a um segmento isolado da instituição, mas atravessa toda a organização acadêmica, exigindo planejamento sistêmico, articulação intersetorial e capacidade de resposta institucional continuada. Também demonstra que a educação especial inclusiva, no contexto da EPT, não pode ser tratada como ação complementar ou excepcional, mas como dimensão constitutiva da política educacional e da gestão acadêmica.

Nesse processo, os NAPNEs assumem papel relevante como instâncias de articulação, escuta, acompanhamento e orientação pedagógica. A institucionalização desses núcleos em todos os campi do IF Baiano representa um avanço na construção de mecanismos voltados à acessibilidade e ao apoio aos estudantes público da educação especial. Além disso, o Regulamento do AEE e a Resolução CONSUP/IFBAIANO nº 291/2023 indicam preocupação com medidas como adaptação de materiais, acompanhamento pedagógico, tutoria de pares e mediações voltadas à permanência estudantil. Todavia, os resultados mostram que a existência desses dispositivos não elimina os obstáculos que persistem na implementação cotidiana da política.

Entre os principais limites identificados, destaca-se a dificuldade de contratação e fixação de profissionais especializados. O déficit de TILSP constitui um dos problemas mais sensíveis, especialmente para estudantes surdos, uma vez que a ausência ou descontinuidade desse apoio compromete o acesso ao currículo, à comunicação em sala de aula e à participação nas demais atividades acadêmicas. Quando a contratação ocorre de forma temporária ou terceirizada, tende a haver fragilização do vínculo pedagógico, descontinuidade do atendimento e aumento da vulnerabilidade institucional diante da rotatividade desses profissionais. À luz de Brito (2013), esse quadro evidencia que a acessibilidade linguística não pode ser tratada como recurso eventual, mas como condição estruturante para a garantia do direito à educação.

Situação semelhante é observada quanto à oferta de professores com formação específica para o Atendimento Educacional Especializado. A insuficiência de códigos de



vaga específicos para docentes da Educação Especial na carreira EBTT produz um entrave administrativo e pedagógico relevante, pois impede a constituição estável de equipes voltadas ao AEE. Em consequência, as instituições tendem a depender de rearranjos internos, sobrecarga de servidores e soluções provisórias que fragilizam a continuidade do atendimento. Tal cenário reforça a análise de Mazzotta (2005), segundo a qual a distância entre a formulação da política e sua efetivação concreta decorre, em grande medida, da insuficiência de investimento público, da fragilidade do provimento de pessoal e da ausência de condições objetivas para sustentação das ações inclusivas.

Além disso, a análise evidencia que a política institucional possui potencialidades importantes. A existência de normativas específicas, a organização dos NAPNEs e o reconhecimento formal do AEE demonstram que a inclusão já ocupa espaço na agenda de gestão do IF Baiano. Contudo, tais potencialidades dependem de maior articulação entre planejamento, financiamento, gestão de pessoas e infraestrutura acessível. Sem essa articulação, a política tende a permanecer no plano declaratório, produzindo distanciamento entre o compromisso institucional assumido e a experiência concreta vivida pelos estudantes.

Conclusões

A análise realizada permite concluir que o IF Baiano dispõe de base normativa consistente para a implementação da política de educação especial inclusiva, com destaque para o papel dos NAPNEs, do AEE e dos documentos institucionais que orientam a organização pedagógica da EPT. Contudo, a ampliação do acesso de estudantes com necessidades específicas não foi acompanhada, na mesma intensidade, pela expansão do quadro de profissionais especializados e das condições estruturais necessárias à consolidação da inclusão. Em consequência, persistem barreiras que afetam a permanência e o êxito escolar, sobretudo no que se refere à acessibilidade comunicacional e ao atendimento educacional especializado.

Os resultados indicam que a contratação estável de TILSP e a criação de condições mais efetivas para atuação de professores de AEE constituem medidas prioritárias para o fortalecimento da política institucional. Sem esses investimentos, a inclusão corre o risco de se restringir à dimensão normativa, sem alcançar plenamente o cotidiano pedagógico dos *campi*. Nessa direção, o estudo reafirma que a gestão da educação inclusiva,



especialmente na EPT, demanda políticas de provimento de cargos, formação continuada, infraestrutura acessível e coordenação institucional capazes de responder à diversidade dos estudantes de modo não improvisado.

Referências

BRITO, L. F. **Integração social e educação de surdos**. Rio de Janeiro: Babel, 2013.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

